

FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA UMA ESCOLA INCLUSIVA: Ações Colaborativas Entre O Ensino Superior E A Educação Básica Em Municípios Paraenses.

Raissa Carvalho Diniz¹, Hellen Cristina Olimpia de Oliveira², Genylton Odilon Rêgo da Rocha³.

1. Estudante de ID da Fac. de Educação da Universidade Federal do Pará- UFPA; *raissa.ufpa@gmail.com

2. Estudante de ID da Fac. de Educação da Universidade Federal do Pará- UFPA;

3. Professor Doutor da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Pará – UFPA.

Palavras Chave: Inclusão Escolar, Alunos em Situação de Deficiência, Adaptações Curriculares.

Introdução

Fazemos parte da pesquisa Formação de professores para uma escola inclusiva financiada pelo PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) e iniciamos nossa pesquisa na Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Rotary na qual nossas ações se desenvolveram desde abril do ano de 2015 e pesquisamos sobre o processo de inclusão escolar, nossas atividades estão voltadas para promover mobilizações para o processo de inclusão dos alunos em situação de deficiência tanto dentro da sala regular, quanto na sala de recursos multifuncionais (SRM) e apresentaremos a seguir em nossa metodologia e os resultados obtidos através das ações desenvolvidas, bem como nossas considerações acerca das metas conquistadas.

Resultados e Discussão

O programa formação de professores para uma escola inclusiva desenvolveu essa pesquisa com os bolsistas utilizando metodologias como a observação, para que pudéssemos analisar a realidade na tentativa de conseguir produzir intervenções para o aprimoramento do aprendizado dos alunos em situação de deficiência dentro da sala regular e também na sala de recursos multifuncionais. A observação também teve como objetivo conhecer nossos alunos, além da participação nas reuniões de pais, conselhos e dos professores. Realizamos várias adaptações de materiais para os alunos utilizarem na sala regular e de recursos multifuncionais, além disso, realizamos intervenções durante avaliações de nível regional e nacional com os alunos em situação de deficiência.

As intervenções junto com os membros da escola: professores, professores da SRM, coordenação e pais objetivava principalmente um momento de reflexão e discussão sobre inclusão, principalmente sobre os direitos das pessoas em situação de deficiência, e a importância da inclusão escolar. No ano de 2015 realizamos várias ações e destacamos: Mobilização pelo dia Nacional da Luta das Pessoas com Deficiência; proporcionando para comunidade escolar um momento de sensibilização em favor dos direitos e da luta das pessoas em situação de deficiência; Intervenção com os alunos do ensino fundamental da escola; Produção do Coral para apresentação do Dia dos Professores; Intervenções com as turmas em sala regular com o tema *Bullying*; Realizamos passeios extra classe com os alunos em situação de deficiência com autorização de idas ao cinema Cine Olímpia e ao Complexo Feliz Lusitânia; Fazíamos o acompanhamento de provas tais como Prova ALFAMAT, Prova OBMEP, Provinha BELÉM, Provinha BRASIL, Provinha ANA, Provinha SISPAE; também auxiliamos a professora da Sala de Recursos Multifuncional durante os Atendimentos Educacionais Especializado com alunos em situação de deficiência orientados pela supervisora da

escola; além disso também produzíamos materiais adaptados para o Atendimento Educacional Especializado para os alunos e sempre participávamos das reuniões de ciclos ou das reuniões do Conselho Escolar.



Figura 1 e 2. Acompanhamento nas atividades na sala de recursos multifuncionais.



Figura 3. Construção de materiais adaptados.

Conclusões

A instituição escolar precisa cumprir com seu papel social, oferecendo condições necessárias para todos aqueles que precisam, favorecendo uma educação que seja de fato inclusiva. Pois conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e conforme o artigo 59 da LDB, nos incisos I,II,III,IV e V podemos verificar que o aluno em situação de deficiência tem o direito de estar incluído em todos os níveis de ensino, devendo ser assegurado o acesso destes alunos a uma educação de qualidade na escola regular. Pois é necessário haver um enfrentamento ao sistema segregador que cotidianamente são vivenciados pelos alunos em situação de deficiência e essas barreiras precisam ser superadas, para que os alunos possam interagir em um ambiente que os acolha, que respeite suas especificidades e principalmente que garanta sua aprendizagem potencializando sua autonomia.

Agradecimentos

Ao PIBID enquanto instituição de fomento dessa pesquisa, aos professores Genylton Odilon Rêgo da Rocha e Amélia Maria Araújo Mesquita por suas brilhantes orientações, ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Currículo e Formação de Professores na Perspectiva da Inclusão (INCLUDERE) e à instituição escolar E.M..E.I.E.F Rotary.

BRASIL. Casa Civil. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: CC, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 29março. 2016.

BRASIL, Ministério da Educação/SEESP. **Projeto Escola Viva:** garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola. Brasília, 2005.